

**Presentes:**

Membros do Conselho:

Tatiana Marin – Coresan Apucarana; Janaiara Moreira Seold Berbel – Coresan Campo Mourão; Selfa Barbosa Vilela – Coresan Cianorte; Tammy Rafaelle Kochanny – Coresan Curitiba; Patricia Chiconatto – Coresan Guarapuava; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Adalberto Sabino – Coresan Paranavaí; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – Coresan Pato Branco; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Éder Silva Cordeiro – Coresan Umuarama; Salete Maria Venâncio de Lima – Coresan União da Vitória; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosângela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Cristina Klobukoski – Secretaria de Estado da Saúde; Daniele Martin Sandri – IDR-Emater; Daisy Mara Jayme Maia – Sanepar; Afonso Takao Murata - Universidade Federal do Paraná; Alberto Ricardo Opolz – Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho.

Outros Participantes:

Roselene Sonda – MP/PR; Jean Petris – UFPR; Ana Mirian Araujo Krieck – IDR-Emater; André Rodrigues – ALEP; João Valdemar Fortuna – Coresan Pato Branco; Deputada Luciana Rafagnin – ALEP; Maurício Degelmann – Coresan Curitiba; Marcelo Stelmach – Coresan União da Vitória.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

**Pauta:**

1. Abertura;
2. Aprovação de pauta e ata;
3. Bloco parlamentar da agricultura familiar: avanços e retrocessos. Possibilidades de articulação com a política de segurança alimentar e nutricional – Deputada Luciana Rafagnin;
4. Atuação legislativa da Comissão de agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural – Deputado Antônio Anibelli Neto (remarcada para próxima plenária);
5. Informes DESAN/SEAB;
6. Conferência Nacional Popular de SAN – Sra. Roseli Pittner;
7. Planária final.

**Memória:** Dando início à reunião, a presidente Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes e encaminha a aprovação da pauta e da ata referente à reunião anterior. Na sequência, a convidada Sra. Luciana Rafagnin, Deputada Estadual, membra titular da Comissão de defesa dos direitos da mulher e da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência e presidente do Bloco Parlamentar de Apoio à Agricultura Familiar, é apresentada e dá início a sua pauta. Ela comenta que possui um carinho muito grande pelo debate sobre segurança

alimentar e nutricional e que deu início a essa discussão na Assembleia Legislativa ao ser eleita Deputada em 2002. Em seguida, ela faz uma retrospectiva sobre o início da Frente Parlamentar de SAN e seus retrocessos. De início, ela relata que em 2004 cerca de 14 milhões de pessoas passavam fome no Brasil e que por conta disso houve um aumento de debates sobre a segurança alimentar e nutricional; mais tarde, em 2007, fundou-se a Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, cujo objetivo era promover apoio aos CONSEAs e discutir ações e leis para assegurar aos brasileiros e brasileiras o direito fundamental à alimentação adequada e saudável. Sobre a Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional da Assembleia Legislativa, a Deputada Luciana informa que a Frente consolidava um importante elo com os demais parlamentares e trazia propostas e ações discutidas pelo CONSEA que poderiam fortalecer as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Nesse aspecto, a Deputada Luciana acrescenta que a Frente Parlamentar fez um trabalho muito importante, considerando o cenário existente de pobreza e fome que a população brasileira na época enfrentava. A Sra. Luciana, em seguida, aborda a questão sobre a necessidade de criação da nova Frente Parlamentar de SAN e relata que como o Deputado Goura já expressou seu interesse por criá-la, respeitarão seu interesse e manterão o devido contato para sua recriação. Sobre o Bloco da Agricultura Familiar, a Deputada declara que há um debate mais específico para o pequeno produtor, aborda as ações trabalhadas atualmente no Bloco e reitera sobre a participação conjunta com o Conselho, para atingirem um resultado mais satisfatório. A primeira ação mencionada pela Deputada está relacionada à crise hídrica que a região oeste e sudoeste do Paraná enfrentam. Ela relata que os agricultores familiares dessas regiões sofreram grandes perdas nas produções por conta da estiagem. Em função disso, muitas famílias não têm acesso à água para consumo próprio, nem para fornecer aos animais. Ela relata que muitos agricultores familiares, em grande maioria produtores de leite, estão desanimados para continuar trabalhando na área tendo em vista o alto custo da produção somado à crise hídrica. Devido a essa crise, o Bloco Parlamentar promoveu seminários que discutiam a questão do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), sistema muito importante para os agricultores e agricultoras da agroindústria comercializarem seus produtos em diferentes regiões. O Bloco ofereceu propostas às Secretarias para diminuir a burocracia, visando facilitar o acesso ao sistema, bem como oferecer acompanhamento através da ADAPAR para as famílias credenciarem-se ao sistema. Outra pauta debatida pelo Bloco com as entidades da agricultura familiar é o oferecimento de apoio aos pequenos agricultores e agricultoras que enfrentam essa crise, pois são eles que produzem cerca de 70% do alimento consumido nas nossas casas. Ela também menciona sobre a importância do decreto que regulamenta a lei estadual 16.751, sancionada em 2010 e aplicada em 2019, que dispõe sobre a implantação da alimentação escolar 100% orgânica nas escolas do Estado. Esse projeto além de nos dar a certeza de que os alunos estão se alimentando com alimentos de qualidade, ele garante uma fonte de renda para os agricultores e agricultoras familiares e traz um novo conceito para a produção de alimentos orgânicos. Ela afirma que o Bloco tem se dedicado a cobrar do Estado assistência técnica e o acompanhamento aos agricultores e agricultoras que almejam partir da produção tradicional para a produção orgânica. Outro projeto mencionado pela Deputada é projeto de incentivo à diminuição do uso de agrotóxico no Estado do Paraná. De acordo com ela, o paranaense consome 7,5 litros de agrotóxico por ano, meio litro a mais que a média nacional. E essa é uma questão de reeducação, de conscientização que é necessária. Por fim, a Deputada Luciana Rafagnin comenta que a mudança desse cenário acontecerá com a participação conjunta de todos e todas e com a apresentação de propostas de políticas públicas que realmente façam frente à pobreza e à desnutrição no nosso país. Em seguida, a Presidente Roseli agradece a apresentação da Deputada e elogia a retrospectiva explanada por ela sobre o CONSEA e a Frente Parlamentar, pois há muitos membros novos no

Conselho que não vivenciaram toda a trajetória do CONSEA. A conselheira Maria Isabel comenta que havia uma coordenadoria da Frente Parlamentar que fazia a ponte entre o Conselho e a ALEP, ponte que seria fundamental para juntarmos todas as forças nesse momento de muitos regressos. Ela discorre sobre o aumento de pessoas em situação de rua, de pessoas passando fome e afirma que a fome tem gênero feminino, pois 45% dos lares do Brasil são chefiados por mulheres sozinhas. Ela defende a ideia de ampliar o trabalho da ALEP na frente de atuação da soberania em SAN, de que a ALEP tome essa dianteira a nível nacional e traga sugestões para a criação de uma procuradoria de enfrentamento à pobreza ou própria retomada da frente parlamentar. Em seguida, ela relembra sobre a questão da água, pois além de estar em falta, está carregada de agrotóxicos, o que compromete toda a cadeia de produção limpa da agroecologia. Outra questão proposta pela Conselheira é de realizar um escalonamento para agilizar a produção da agricultura familiar, para que em 2030 haja produtos que suprem 100% das compras da agricultura familiar para a alimentação escolar, questão que é de muita importância e pede que a ALEP se debruce sobre ela, pois não basta apenas a regulamentação da legislação, é necessário um incentivo para que as famílias ampliem suas produções e vendas. Em seguida, a Presidente Roseli relata que na região central do Paraná o SISBI – SUASA está implementado em 30 municípios, o que torna possível a comercialização de produtos entre eles. Ela acrescenta que o objetivo é haver produtos em todos os municípios do Estado que possam ser comercializados a nível nacional, o que é uma grande batalha. E o SUSAF, ela relata, sistema mencionado pela Deputada Luciana que é amplamente discutido pelo Bloco Parlamentar, também veio para facilitar a comercialização desses produtos no Paraná. A conselheira Marilze Brandão, a partir da proposta da conselheira Maria Isabel sobre o incentivo de produção e venda, questiona como está o suporte oferecido aos produtores e produtoras da agricultura familiar, uma vez que eles sofrem muitas instabilidades. Além disso, a conselheira aborda os seguintes pontos: o acesso à internet no campo para promover uma melhor comunicação entre os produtores e produtoras da agricultura familiar; o apoio financeiro nos valores da água e de luz que encareceram; mecanismos de apoio para fazer uma propaganda educativa alimentar, pois há uma limitação do respeito e entendimento da agricultura familiar; articulações com a frente parlamentar do meio ambiente, pois muitas questões de viés macro devem ser abordadas em conjunto, como a falta de água no Paraná. Em resposta às questões e pontos abordados pelas conselheiras, a Deputada assume o compromisso de conversar com o Deputado Goura sobre a criação da frente parlamentar da segurança alimentar e nutricional do Paraná, pois o limite de frentes parlamentares já foi atingido, sendo assim, precisam identificar qual frente será extinta a fim de levar a proposta de criação da nova frente adiante. Ela relata que caso não haja possibilidade de criação desta frente, ela concorda com a proposta da conselheira Maria Isabel de criar uma procuradoria do enfrentamento à pobreza do Estado do Paraná para que se debata a questão alimentar e nutricional da população. Sobre a questão da água, ela informa que propôs um projeto de lei de defesa às nascentes de água que não foi sancionado. E que, além das nascentes, o projeto aborda a criação de cisternas no campo para que os agricultores possam reutilizar a água da chuva. Ela comenta que o Governo precisa socorrer, investir, orientar, fornecer assistência técnica, parcerias com os municípios e acompanhar os agricultores e agricultoras familiares, pois além de prover alimentos para a sociedade, a agricultura familiar também é responsável por 70% da mão de obra do campo. Na questão da internet para o campo, ela comenta que realmente há muita dificuldade, inclusive nas escolas, pois muitos alunos não estão tendo aproveitamento do ensino. Por fim, a conselheira Márcia Cristina agradece a participação da Deputada e comenta que a proposta de criação da frente parlamentar ou a criação da procuradoria de enfrentamento à pobreza é muito importante, porque a população vulnerável aumentou muito. Ela relata que estão finalizando o Compra Direta e que estão fazendo uma aquisição de 27 milhões, mas mesmo com esse recurso, o número de entidades

e de população beneficiadas aumentou tanto que não será possível realizar um atendimento anual com esse montante. Ela explica que o que precisam é de mais recursos, mais assistência técnica, além de pensar na criação de cisternas em escolas, como forma de enfrentamento à escassez de água. Ela constata em seguida que o valor do PNAE está congelado desde 2017, e que ao verificar a inflação desse período, o que mais subiu foi o valor dos alimentos e não há uma sensibilidade por parte do Governo nesse sentido. De acordo com a conselheira Márcia, o Estado está gastando 100% do valor advindo do Governo Federal para a aquisição da agricultura familiar, e ela relata que a contrapartida que é feita com o recurso do Estado não é autorizada pela Procuradoria Geral, pois é feita através de dispensa de licitação, e o entendimento da Procuradoria é que somente o recurso destinado pelo FNDE é que pode ser realizado dessa forma. Além disso, ela relata que como houve a publicação do decreto do Compra Direta Paraná, foi aberta uma brecha para autorizar que a contrapartida também seja utilizada na compra da agricultura familiar. Em seguida, finalizando sua fala, a Deputada Luciana agradece o convite e se dispõe a pensar em ações de enfrentamento à pobreza e insegurança alimentar no Estado do Paraná. Na sequência, devido ao contratempo na fala do Deputado Antônio Anibelli Neto que enfrentou um problema técnico, a Presidente Roseli Pittner dá início à sua pauta sobre a Conferência Nacional Popular de SAN. Ela informa que no dia 8 de julho acontecerá o encontro regional em preparação à Conferência Nacional Popular de SAN. Ela relata que a princípio a participação seria apenas da sociedade civil, no entanto, entendeu-se que há muitas representações do Poder Público que fazem uma grande diferença na questão de segurança alimentar, o que impossibilita deixá-las de fora. Ela relata que o espaço para participação está aberto e que este encontro regional contará com a participação do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ela explicita que enviarão um folder com as informações detalhadas do evento, juntamente com o link de inscrição e solicita aos conselheiros e conselheiras para que expandam o convite às pessoas que possuam qualquer ligação direta ou indireta com a política de segurança alimentar e nutricional. Ela também frisa que já foi encaminhado um material informativo aos núcleos da SEAB para que seja feita uma mobilização dos CONSEAs municipais. A Presidente solicita aos participantes do CONSEA ou CORESAN que forem participar para que informem no cadastro que são representantes dos seus respectivos órgãos, visto que é esse o tipo de participação que evento requer. Ela informa que haverá um grande número de participantes, sendo que até a ocasião, há mais de 350 inscritos, embora haja espaço para mais participantes. Na sequência, o Conselheiro Marcelo Stelmach questiona se a Sociedade Governamental poderá participar. Em resposta, a Presidente Roseli explicita que procuram por pessoas envolvidas com a garantia do direito humano à alimentação saudável e segurança alimentar, então entendem que muitas organizações governamentais devem sim participar. Por fim, a Conselheira Maria Isabel solicita às sociedades governamentais convidadas para que se comprometam a convidar vozes indígenas, quilombolas e faxinalenses que possuem dificuldade na inclusão digital. O Secretário Executivo Valdenir relembra que o encontro será realizado pela Plataforma Zoom, a qual possui uma dificuldade maior em relação à plataforma Meet da Google, desse modo é importante que as pessoas entrem antes para fazer um teste. O Conselheiro Eder salienta que é importante também deixar o aplicativo Zoom instalado no computador ou celular para facilitar o processo. Encerrando sua fala, a Sra. Roseli informa que o tema da fala do Paraná será sobre as parcerias, programas, conferências realizadas, controle social e questões voltadas ao que está acontecendo no momento. Em seguida, o Secretário Executivo Valdenir informa que o Deputado Antônio Anibelli Neto apresentará sua pauta na próxima Reunião Plenária Ordinária em agosto, tendo em vista o problema técnico enfrentado na reunião. Dando continuidade à pauta, a Conselheira Márcia Cristina relata que no dia 15 de julho vencerão os contratos da PLC, mas ainda não conseguiram os aditivos, e que continuam solicitando os recursos da SEFA. Na semana anterior, dia 02/07, a SEFA

solicitou o encaminhamento do valor por usina e uma das dificuldades enfrentadas no momento é de que o preço do leite está alto em função do frio. Márcia relata que mantiveram um valor conservador, pois não se sabe até quando o valor do leite se manterá dessa forma, uma vez que no ano anterior o valor do leite não diminuiu em setembro, como aconteceria normalmente. Márcia relata que foi solicitado um valor de 59 milhões de reais para fechar o período de 15 de julho até 31 de dezembro, mas não houve retorno da Secretaria da Fazenda. Sobre o Compra Direta, ela informa que estão recebendo e encaminhando os 148 projetos ao GAS para a elaboração dos contratos. Estima-se que até o fim desta semana a grande maioria dos contratos sejam enviados às regionais, e assim que esses contratos estiverem assinados, o início do fornecimento do Compra Direta estará autorizado. Márcia acrescenta que estão enfrentando uma demora acima do normal para iniciar o fornecimento do Compra Direta, pois os contratos não serão assinados até que as certidões das cooperativas estejam regulares e tais pendências delongam o prazo inicialmente estipulado. Sobre a Portaria 396 que destina 5 milhões de reais do PAA para o Estado publicada pelo Governo Federal, Márcia informa que iniciarão o fornecimento para 65 municípios, a saber: Rancho Alegre D'Oeste, Lindoeste, Vera Cruz D'Oeste, Diamante D'Oeste, Nova Santa Bárbara, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Adrianópolis, Agudos, Bocaiúva, Serro Azul, Dr Ulysses, Itaperuçu, Mandirituba, Piraquara, Campo Magro, Campina do Simão, Cândói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Fernandes Pinheiro, Inácio Martins, Ariranha do Ivaí, Curiúva, Salto do Itararé, Diamante do Sul, Nova Laranjeiras, Marquinho, Bela Visto do Paraíso, Tamarana, Mandaguari, Nossa Sra. Das Graças, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes, Amaporã, Santa Cruz do Monte Castelo, São Pedro do Paraná, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Vitorino, Pitanga, Cândida de Abreu, Nova Tebas, Manoel Ribas, Mato Rico, Santa Maria do Oeste, Imbaú, Ipiranga, Ortigueira, Piraí do Sul, Reserva, São João do Triunfo, Assis Chateaubriand, Ouro Verde do Oeste, Cafezal do Sul, Alto Paraíso, Maria Helena, Mariluz e Xambê. Desses municípios, todos os técnicos do IDR realizaram a capacitação e ficaram de verificar se todos os agricultores e agricultoras já receberam o cartão. Ela relata que o valor será depositado diretamente na conta do agricultor e que foi solicitado aos técnicos para que eles insiram no sistema as notas fiscais até o dia 25 de cada mês, para depois realizarem a autorização, e na sequência ir para o Governo Federal. Em relação a isso, ela relata que o Governo Federal assegurou que até o dia 10 de agosto o primeiro pagamento será depositado. Ela relata que o início do PAA será concomitante ao início do Compra Direta e como normalmente o público é parecido, é necessário um controle para que não haja desperdício. A conselheira Marilze Brandão questiona se é o IDR que fará o acompanhamento da escolha das famílias e também questiona como será feita a entrega. Em resposta, Márcia informa que o técnico do município trabalha juntamente com o responsável do IDR, mas quem fará a inserção das informações no sistema é o técnico do IDR e que cabe ao município realizar a escolha das entidades e famílias beneficiárias, já que para escolha dos agricultores foi realizada uma chamada pública. Na sequência, o Secretário Executivo Valdenir informa que mandará para o Conselho o Plano Estadual de SAN para que os conselheiros e conselheiras realizem as devidas correções e deem sugestões, e assim que for devolvido, o Plano será enviado para a última análise da CAISAN e, finalmente, para o serviço de diagramação. Dando por encerrada a reunião, a presidente Roseli Pittner agradece a colaboração de todas e todos presentes e reitera sobre o Encontro Regional de SAN, no dia 8 de julho.

### **Subscreve a memória:**



Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do  
Paraná

**Ata da 5ª Reunião “Remota” Ordinária**

Curitiba, 06 de julho de 2021.



Valdenir B. Veloso NETO  
Secretário Executivo CONSEA/PR  
Agente Técnico Profissional SEAB